



Supplementary Notebook (RTEP - Brazilian academic journal, ISSN 2316-1493)

CRISTOFOBIA: POLÍTICA E RELIGIÃO EM PRONUNCIAMENTO DE JAIR BOLSONARO NA ONU

Christophobia: the politics and religion of Jair Bolsonaro's UN address

*Edgley Freire Tavares¹
Bonieria Medelleve Lyra de Sousa²
Duênia Mitt Lyra de Sousa³
Maria Beatriz Mariano⁴
Roseane do Nascimento Silva⁵*

¹Docente da UERN, Brasil, edgleyfreire@uern.br.

²Discente da UERN, Brasil, bonieriasousa@alu.uern.br.

³Discente da UERN, Brasil, dueniasousa@alu.uern.br.

⁴Discente da UERN, Brasil, mariamariano@alu.uern.br.

⁵Discente da UERN, Brasil, roseanesilva@alu.uern.br.

Resumo: O presente trabalho analisa o pronunciamento feito pelo atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, durante a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), aos 22 de setembro de 2020. Teórica e metodologicamente situado numa perspectiva foucaultiana dos discursos, nosso estudo mira o uso feito pelo chefe de Estado do termo cristofobia, marcando-se neste uso uma posição extremista e conservadora, regular na retórica política bolsonarista. Destacamos a expressão, em específico, objetivando descrever como o discurso político neste acontecimento estabeleceu uma interdiscursividade fundamental com a formação discursiva religiosa, leitura que possibilitou concluir que se materializa nesta relação um dos fundamentos da discursividade bolsonarista e do projeto de governo atual do Brasil.

Palavras-chave: discurso, Jair Bolsonaro, cristofobia, religião, política.

Abstract: The present paper analysis the statement of the current president of Brazil, Jair Bolsonaro, at the United Nations General Assembly (UN) opening ceremony on September 22th, 2020. Theoretically and methodologically situated in a Foucauldian perspective of the speeches, our study focuses on the use of the term christophobia made by the Head of State, emphasizing in this use an extremist and conservative position, regular in the Bolsonarist political rhetoric. We emphasize the expression, specifically, aiming to describe how the political discourse in this event established a fundamental interdiscursivity with religious discursive formation, a reading that made it possible to conclude that Bolsonarist discourse and the current government project of Brazil materializes in this relationship.

Keywords: statement, Jair Bolsonaro, christophobia, religion, politics.

INTRODUÇÃO

A liberdade é o bem maior da humanidade. Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.

(Jair Bolsonaro, em Assembleia da ONU)

Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem: é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.

(FOUCAULT, 2007, p. 28)

A análise do discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz imagens e sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos, premissa que deriva do fato de não perdermos de vista a indissociável relação entre a discursividade, a subjetividade e a história. Partindo disso, propomos neste trabalho um percurso analítico em torno do pronunciamento de Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, proferido na abertura da 75ª edição da Assembleia Geral da ONU, realizada de modo virtual no dia 22 de setembro de 2020¹. Problematizando os efeitos de sentido do pronunciamento, circunscrevemos este percurso a uma regularidade discursiva constitutiva: a tensão entre o político e o religioso, que funciona como uma regra de enunciação para o modo como o presidente tem produzido um certo modo de ver e fazer entender a sociedade brasileira e o projeto de governamentalidade por ele representado. Metodologicamente, portanto, partimos do conceito foucaultiano de regularidade discursiva, imprescindível para estabelecer uma análise histórica e semiológica do discurso (FOUCAULT, 2007), buscando na dispersão enunciativa uma ordem no aparecimento sucessivo do dizer, correlações na simultaneidade das formas de dizer e mostrar, repetições e diferenças enunciativas que partem de um mesmo espaço comum, correlações em torno dos mesmos objetos de discurso, ligação e hierarquização: regularidades discursivas, em síntese, “uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações.” (FOUCAULT, 2007, p. 43).

A arqueologia, como método analítico das discursividades, não isola fragmentos de discurso apenas para uma análise de sua estrutura interna, não busca a coerência na repetição de um uso linguístico em si, ao contrário, busca a descrição dos efeitos de sentido e das condições históricas que tornaram possível repetições no devir, a recorrência que produz singularidades históricas de saber e poder em um sistema de dispersão de enunciados numa prática discursiva.

Ao pensarmos a política brasileira em termos de uma relação entre governados e governo, no tocante à coisa pública, interrogamos a singularidade histórica e semântica do pronunciamento presidencial na ONU, circunscrevendo a interdiscursividade entre o político e o religioso delimitando especificamente para análise a ocorrência da expressão cristofobia durante a fala de Jair Bolsonaro na Organização das Nações Unidas. Entendemos a conjunção entre o político e o religioso, que está na base da retórica bolsonarista, como uma especificidade histórica, uma regra de construção e de exercício da função enunciativa, capturada e atualizada em relações de saber e poder no

¹ Pronunciamento na íntegra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l4K9Tk5z-po>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

cenário político nacional atual, regularidade discursiva, pois, que historicamente torna possível o discurso extremista e conservador na sociedade brasileira.

A retórica bolsonarista tem sua historicidade, não brota do nada e nem gira sobre ela mesma, pois, como também nos esclareceu Foucault (2007), o dizer deve ser descrito na instância do seu surgimento, nas suas regras de formação ou condições de existência, que se impõem na escolha dos objetos de discurso, nas modalidades de enunciação e nos temas que são colocados em discurso e, tudo isso, só é possível em um domínio associado. Partindo disso é que delimitamos nossa análise, recortamos do pronunciamento a expressão cristofobia, por acreditarmos estar neste vocábulo a materialização da imagem e do sentido de Brasil produzidos no pronunciamento do dia 22 de setembro, e não apenas, como esperamos mostrar na sequência, pois em sua condição de acontecimento discursivo, o uso da expressão parece transcrever, metonimicamente, a linguagem e o projeto de governamentalidade bolsonarista.

Teórica e metodologicamente, tornou possível este trabalho uma perspectiva de análise do discurso na qual a problematização da centralidade da linguagem para a compreensão da atualidade requer, pela singularidade daquilo que estudamos, aproximações teóricas com outras áreas das ciências sociais e humanas, dada a realidade subjetiva e sócio-histórica da discursividade. Foram oportunos os conceitos operacionais de discurso, enunciado e trajeto temático, tal como veem sendo trabalhados pelos linguistas (FERNANDES, 2008; ORLANDI, 2009; TAVARES, 2012) que praticam análise do discurso, isto porque, como nos esclarece Gregolin (2007), tais conceitos, juntamente com a noção de formação discursiva, são centrais para a construção e a consolidação de um ponto de vista teórico a partir do qual se possa pensar a sociedade e as questões do presente do ponto de vista do linguista, estabelecendo um dever no projeto de uma arqueologia do saber (FOUCAULT, 2007), problematizando o simbólico e seus efeitos no real, descrevendo as redes de memória, os trajetos sociais dos sentidos, as materialidades discursivas e a articulação entre subjetividade, linguagem e história. Diante das linguagens do mundo, o analista do discurso interroga efeitos de sentido em gestos de interpretação do nosso presente, partindo, sobretudo, do saber de que “a linguagem é social, e mesmo não podendo encerrar o vivido, os discursos são igualmente sociais, interpretações do visível pelo dizível.” (TAVARES, 2012, p. 431).

Organizamos a sequência desta escrita do percurso analítico em dois passos, intercambiáveis, representativos do batimento entre teoria e análise, interpretação e descrição (PÊCHEUX, 2008; ORLANDI, 1996, 2008, 2017). No primeiro, situamos o leitor em um dos deslocamentos fundamentais na história do pensamento linguístico, de forma introdutória, apenas para situar como se pensa a discursividade no arcabouço atual de uma análise foucaultiana dos discursos. Após, igualmente sem pretensão de esgotar possibilidades, trataremos a descrição dos efeitos de sentido e da interdiscursividade entre o político e o religioso materializados em torno da expressão cristofobia no pronunciamento de Jair Bolsonaro. Com o percurso analítico aqui publicado, esperamos trazer alguma inteligibilidade sobre a cena política, democrática e social brasileira atuais, naquilo que nela há de mais fundamental: as formas de governo, que passam pela linguagem e pela crítica do presente², categoricamente.

² Situamos este estudo no quando geral de desenvolvimento da pesquisa *Discurso e democracia: uma análise de discursos no atual cenário político brasileiro*, coordenado pelo professor Edgley Freire Tavares no

DISCURSIVIDADE, SUBJETIVIDADE E HISTÓRIA

No clássico *Curso de linguística geral*, obra póstuma realizada a partir de compilações de aula e editadas por seus alunos, Saussure (1977) aborda a clássica definição de signo como a junção de uma imagem acústica a um conceito. Deriva daí que o significante em Ferdinand de Saussure é abordado como a percepção ou impressão acústica dos sons em nossas mentes, unido, por associação psíquica, a uma ideia ou conceito. O significado decorre de uma impressão imagética, quando ouvimos, por exemplo, a expressão *cristo* e, por uma correlação com a memória discursiva dos fatos culturais e históricos, ligamos a expressão “*cristo*” à figura central nos quadros de referência simbólicos da religião cristã.

Importa entender, aqui, de forma rápida, um deslocamento constitutivo da teoria da análise do discurso francesa: a passagem do conceito de língua, objeto teórico no quadro da linguística formal, para o conceito teórico e metodológico de discurso, possível, sobretudo, na cena teórica francesa a partir dos anos 1960. Para avançarmos, situemos as palavras de Fernandes (2008, p. 13),

Podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística.

A partir das quais chegamos à relação fundamental entre as práticas discursivas e as não discursivas, cerne da teoria do discurso foucaultiana. Transcrevendo as palavras de Fernandes (2008), situamos a formação do objeto teórico e metodológico do nosso campo de pesquisas. De forma direta, a teorização do discurso, como aqui é pensada, exige uma problematização do real da língua, do real da subjetividade e do real da história (MILNER, 2012, ORLANDI, 2017); ou seja, o conceito de discurso é interdisciplinar, sua existência tem lugar em um diagrama conceitual no qual é imprescindível articular à problemática da língua a descontinuidade histórica (FOUCAULT, 2007) e o atravessamento subjetivo pela discursividade e seus efeitos de sentido, pensando que não há fechamento entre a ordem da linguagem e a ordem da realidade, já que a linguagem é sempre uma diferença em relação à realidade e nela não cabem significados fechados. Além do mais, “o sujeito que a produz é um efeito de linguagem, uma reverberação, um precipitado na ordem do discurso, do qual não é mestre.” (LONGO, 2006, p. 9). Isso se dá pelo inconsciente, que é essa rede significativa que funciona à maneira de um já-dito, um mais-além da consciência, memória discursiva de saberes historicamente produzidos e que são condições de possibilidade para novas formulações, a exemplo do que se pôde ler do modo como Bolsonaro, na assembleia da ONU, faz um investimento que aproxima política e religião para deslocar fundamentos do discurso religioso para uma racionalidade política conservadora e extremista.

Pensar a correlação entre a discursividade, a subjetividade e a história é fazer trabalhar a linguagem como um jogo (WITTGENSTEIN, 1999), no cerne das relações entre o ser e o mundo, demanda descrever os efeitos de sentido não apenas como uma

âmbito do curso de Letras da UERN. Para mais informações, consultar o perfil da pesquisa no Instagram: @discucia.

associação entre significante e significado, pois o dizer é um mais além da descrição de uma articulação fonética e/ou um jogo de associação psíquico. Dizer é fazer, e neste sentido, o dizer é um acontecimento, uma função (FOUCAULT, 2007), um exercício da palavra regido por regras e um já lá do saber e do poder inscrito na memória e no arquivo de nossa época. Para enunciar, o sujeito toma posição frente às regras da prática discursiva que agencia e legitima seu dizer, atravessa-o, pois, o saber e o discurso possuem uma historicidade.

As diversas modalidades de enunciação, em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala. Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva. Renunciaremos, pois, a ver no discurso um fenômeno de expressão - a tradução verbal de uma síntese realizada em algum outro lugar; nele buscaremos antes um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2007, p.61).

O sujeito enuncia na dispersão histórica daquilo que foi dito, já dito, e nesse decurso, que é discurso, o Eu se inscreve, constitui-se. Para Orlandi (2001), o que se denomina como historicidade é o acontecimento do texto como discurso, isto é, o trabalho que os sentidos realizam nele. Assim, trabalhamos abarcando a forma como os esquemas de sentidos funcionam materializados nos enunciados. Observamos que, quando Orlandi (2001) alude a Pêcheux em sua fala, entendemos que é a partir das ressignificações, efetuadas pelos sujeitos, que os discursos abrem margens para distintas interpretações e, conseqüentemente para a produção de distintos sentidos. Como dissemos acima, toda a imagética e a semântica do discurso proferido por Bolsonaro evidencia a articulação interdiscursiva entre a política e a religião, tese que levantamos aqui com base nas ponderações realizadas por meio de Costa e Silva (2001), quando estes autores enfatizam que o discurso de cunho religioso possui particularidades, as quais nos outorgam maneiras de agir sobre o outro, ou seja, na imposição de posturas em outrem, o que nos leva também ao interdiscurso. Orlandi (2001) afirma que é através do interdiscurso que nos colocamos na compreensão do dizível. A autora considera ainda que: “[...] é também o interdiscurso que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade (ORLANDI, 2001, p. 33).

De acordo com os autores Costa e Silva (2011, p. 120),

O discurso religioso tem características que nos permitem investigar como um discurso tem a capacidade de determinar a forma como as pessoas agem, como se organizam em sociedade, já que as fórmulas religiosas são usadas performativamente, isto é, como forma de ação sobre o outro.

Assim, esse discurso tem a função de impor determinadas condutas baseadas nos moldes religiosos, considerando essa conduta como verdade incontestável, visto que a religião não é somente um modo individual separada do meio social, sendo, pois, entrelaçada aos interesses e conflitos sociais e que estabelece ligação entre as lutas de classes e ideologias. É desse tom de imposição simbólica que parece derivar o tom extremista de muita das falas políticas, sobretudo, as que emanam de políticos que enunciam à direita, colocando-se como representantes de um ideal de sociedade a ser conservado, preservado e imaculado, espécie de militante de uma concepção tradicional de família, abstração que, como sabemos, organiza inúmeras enunciações e tentativa de perpetuar um sentido sem equívoco. Para Almeida (2019), as eleições de 2018 no Brasil representaram o episódio mais recente do que ele chama de onda conservadora cujo desdobramento é a ascensão de uma retórica de extrema direita ligada diretamente ao segmento religioso e evangélico da representatividade política, discursividade que articula, segundo o autor, “pelo menos quatro linhas de força sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante” (ALMEIDA, 2019, p. 186).

Falar de uma discursividade política brasileira conservadora implica interrogar um certo tipo de racionalidade política (FOUCAULT, 2010). Para Teles (2017), o discurso político traz consigo alguns subgêneros, como o discurso de direita, de esquerda, conservador, o fascista, o totalitário, o populista, o extremista, dentre outros. Com isso, o autor aponta que todo discurso deve ser apreendido também pelo que não significa, sendo considerado como uma estratégia para persuadir, dominar e influenciar seus ouvintes.

Em sua condição de acontecimento discursivo, a fala de Bolsonaro na última assembleia da ONU materializa as regras de um discurso que faz abstração à condição histórica social de transformação e diferença. Apesar de falar em redefinições econômicas e administrativas, Bolsonaro reproduz uma racionalidade política que defende valores e instituições tradicionais, notadamente, a família e a religião, e

Nestes termos, a discursividade política bolsonarista produz uma imagem de Brasil pautada em algumas ideias liberais e, sobretudo, estabelecida a partir de preceitos cristãos. Ao pregar como valor nacional a liberdade econômica e insinuar uma vontade de verdade em torno de uma ordem social e moral pretensamente una, esculpida fora da polissemia cultural, de gênero, religião, sexualidade e estética na qual vivemos, silencia a heterogeneidade das formas de viver e pensar. Antes de avançarmos, situemos o trabalho de levantamento histórico do conceito de conservadorismo, realizado por Trigueiro (2015), que demonstra, por exemplo, o conservadorismo como uma disposição, e não meramente uma doutrina unificada de princípios e normativas. A disposição conservadora é múltipla, varia a depender da experiência política no tempo e no espaço, contudo, é possível estabelecer certos parâmetros. Como disposição, o conservadorismo “é a soma de uma disposição em se contentar com o que está disponível no presente, com a recusa em procurar por outra coisa – que ainda não está bem definida – no futuro” (TRIGUEIRO, 2015, p. 102).

Nestes termos, o conservadorismo é do presente, não do passado, afirmativo de um valor da tradição do presente, e jamais pensado como passado, ultrapassado. Ainda nas palavras de Trigueiro (2015, p. 102), o conservadorismo se fundamenta no sentimento de perda de um ideal, no medo de uma ruptura, com o moralmente estabelecido, “na ideia de que aquilo que o presente lhe oferece está prestes a ser ceifado por alguma agenda política radical”. Por fim, no que concerne à política e às formas de

governar, Trigueiro (2015) no seu inventário conceitual, remete a autores ingleses e americanos e anota que a disposição conservadora privilegia um governo que prega a moderação e rejeita qualquer disposição a paixões, precursoras dos vícios e da perda das virtudes. Conservadorismo, se pensado na instância do exercício do poder, é “uma meditação sobre a experiência de se ter poder, ter esse poder ameaçado e depois tentar retomá-lo, ou apenas mantê-lo.” (TRIGUEIRO, 2015, p. 103).

CRISTOFOBIA NA FALA BOLSONARISTA

A discursividade é situada como objeto teórico e analítico no ponto em que se oferece como uma interpretação de mundo a ser lida. Uma teoria da interpretação é desenvolvida nos trabalhos de Orlandi (1996, 2017), para quem “todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar a interpretação” (ORLANDI, 2001). Desse modo, podemos depreender que todo discurso é heterogêneo no ponto de formulação e recepção, possibilita, pois diferentes interpretações, mas não qualquer uma. O dizer é povoado subjetiva e historicamente, varia de acordo com o lugar político de enunciação, atravessa as correlações de saber e poder (FOUCAULT, 2010), em suma, é determinado pelas condições históricas de possibilidade do exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007). De volta à questão da interpretação, a obra orlandiniana esclarece que todo gesto enunciativo, histórico semiológico, seja uma escrita, uma pintura, uma fotografia ou uma audiovisualidade, materializa uma interpretação de mundo e produz efeitos a partir de uma posição sujeito face à dinâmica social.

O pronunciamento de 22 de setembro representa uma coerência retórica bolsonarista, um projeto de governamentalidade, e faz ressoar um acentuado léxico-político religioso. Ainda durante a campanha para presidente,

As sinalizações de Bolsonaro foram fortes em direção ao segmento evangélico, que, além de expressivo demograficamente, pode ser, em boa medida, alinhado eleitoralmente. Em síntese, até a composição do novo governo, Bolsonaro identificou-se na grande chave “cristã”, o que não incluiu as referências específicas das religiões afro-brasileiras e espírita, mas incorporou o judaísmo como compreendido pelo evangelismo de matriz fundamentalista norte-americana [...] Enfim, cristão sem acentuar as cores católicas e sempre indicando aos evangélicos que pode ser, parecer ou tornar-se evangélico. E isso teve efeito eleitoral (ALMEIDA, 2019, p. 205).

O *nonsense* da fala bolsonarista, efeito em um gesto leitor à esquerda, pode ser pensado, por outro viés, na instância de sua formulação, e nos indicar certa organização retórica, *logos* abrigando as disposições do outro, pois seu discurso faz jus ao seu alinhamento político à pauta dos bons costumes. É neste contexto que surge já quase ao final da sua fala a expressão cristofobia. Transcrevemos:

A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE.

Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.

O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base.

Deus abençoe a todos!

Bolsonaro já é conhecido por seus discursos polêmicos, que são gerados sempre em volta de eixos religiosos e de extremo conservadorismo. O atual chefe de Estado brasileiro sempre se mostra patriota, cristão e defensor de um ideal tradicional de família, estando tais premissas na base da constituição e formulação de suas falas. Como o campo da retórica é a termo o espaço da polêmica e da contradição, suas falas públicas muitas vezes desagradam, pois muitas vezes produzem um *nonsense* ao que se espera de uma conduta e postura de chefe de Estado.

O termo cristofobia não é um termo novo no Brasil, pois essa palavra é usada em artigos brasileiros desde 2012, para referir-se à perseguição a cristãos em países ocidentais. Esse vocábulo é usado para designar o “ódio a cristãos” e/ou “aversão a religião cristã.” (DICIONÁRIO INFOPÉDIA). Porém, ganhou acentuada visibilidade ao figurar na fala presidencial, dado o alcance e repercussão. Como a transcrição do trecho do pronunciamento nos permite afirmar, a reiteração dos valores conservadores ao final vem de forma clara: O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base. Uma rápida correlação com outras falas do presidente possibilita descrever que o campo semântico em que aparece a palavra família remete também a uma idealização, uma abstração, pois os modos de subjetivação e toda a estrutura social não se organiza por um ideal tradicional de família.

Consoante o jornalista Guilherme Mendes (2020) afirma, em uma matéria para o site *Congresso em foco*: “o verbete ‘cristofobia’ surgiu nos anais da ONU antes de serem encontrados nos dicionários, sendo até aquele momento da fala de Bolsonaro pouco conhecido no território brasileiro”. Com a utilização dessa palavra, ele faz aquilo que Fernandes (2008, p. 58) declara: “nega-se a imanência do significado uma vez que interessam os sentidos produzidos em decorrência da inscrição sociológica e histórica dos sujeitos envolvidos”, isto é, ele estaria defendendo os interesses da população cristã no Brasil, em busca de apoio, uma vez que essa parcela da sociedade representa uma maioria, e não de todos os brasileiros que possuem outras religiões, visto que a população cristã é maioria, mas não sofre perseguições por causa da sua fé. O mais correto, democraticamente falando, seria defender a liberdade religiosa e não somente uma religião.

É sabido que no Brasil, de acordo com pesquisas realizadas recentemente, mais de 80% da população se diz cristã, sendo um país aparentemente livre no quesito religião. Mesmo com um número considerável de cristãos, não existe nesse país um sistema opressor e perseguidor da fé cristã como em outros países. Esse dado mostra que as palavras de Bolsonaro não fazem sentido no território brasileiro, mesmo que o alerta dele seja também para outros países. Isso demonstra que ele estaria tentando agradar, de certa forma, a maior parte da população brasileira, que se considera cristã, buscando apoio para o seu governo, o que denota apenas interesses eleitorais.

Esse fato poderia gerar conflitos a praticantes de outras religiões, de outros países em que o cristianismo não é predominante como no Brasil, pois implicaria em uma atenção maior para os cristãos do que para praticantes de outras religiões. Insistimos: a perseguição a cristãos em nosso país está longe de ser um problema, pois segundo levantamentos da ONG *Portas Abertas*, causa que oferece apoio a cristãos perseguidos, o Brasil nunca apareceu na lista dos 50 países onde existe maior perseguição a cristãos, desde quando foi criada em 1990³. Não figura, inclusive, na

³ <https://www.portasabertas.org.br/lista-mundial/paises-da-lista>.

listagem de países em observação⁴, listagem de países que oferecem riscos moderados quanto à prática religiosa.

A retórica bolsonarista é equivocada ao buscar defender uma tese sem sustentação histórica, social e estatística, pois é possível afirmar que, no Brasil, a perseguição a cristão não se constitui, ao contrário da perseguição social e política a outros grupos, sobretudo, no que concerne a questões de gênero e sexualidade. Além disso, vale ressaltar também que no Brasil as religiões de matriz africana são as mais perseguidas, perpetuando um racismo estrutural e falta de discernimento. Com isto, concluímos que o teor religioso da retórica bolsonarista tem fins mais eleitorais do que religiosos propriamente ditos. Ademais, e sobretudo, é preciso tratar a fala do presidente em termos das próprias garantias do Estado Democrático de Direito, pois nosso país é regido em sua Carta Maior pelo conceito de Estado laico, o que só reforça o efeito de sentido de *nonsense* do pronunciamento.

Mesmo que esse discurso tenha sido direcionado também a outras nações, os sentidos por ele produzidos não condizem com a realidade religiosa de um modo geral, visto que esses outros países não tem o cristianismo como religião principal como no Brasil, e, até mesmo para a realidade brasileira, não produz muito sentido, pois a nossa nação possui muitos outros problemas que merecem atenção das autoridades instituídas e a cristofobia não é um desses problemas.

Ademais, as imagens de nação, de Brasil, que se correlacionam à fala de Bolsonaro, ao buscarem uma racionalidade política e uma vontade de verdade conservadoras, colocam o país diante do mundo como uma nação à revelia de toda a dinâmica de transformações e mudanças na vida social. O respeito aos valores da tradição não deve sobrepor o reconhecimento das novas dinâmicas em sociedade e o silenciamento para as novas formas de subjetivação, inclusive, a própria possibilidade histórica, hoje em processo de consolidação, de novas formas de ser e se fazer família.

REFERÊNCIAS

- 1 ALMEIDA, R. (2020) Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos*. CEBRAP. São Paulo, v.38, n.01. p.185-213. Jan-abr.2019. Bolsonaro abre a 75ª Assembleia Geral da ONU; veja e leia a íntegra do discurso. **BBC News**. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54252282>> acesso em: 12/11/2020.
- 2 CORRÊA, M. (2020). Bolsonaro erra ao falar de Cristofobia. **R7**, 2020. Disponível em < <https://noticias.r7.com/prisma/o-conservador-tecnologico/bolsonaro-erra-ao-falar-de-cristofobia-24092020>> acesso em: 12/11/2020.
- 3 COSTA, I.; SILVA, T. (2011). O discurso religioso: aspectos de performatividade, autoritarismo e relações de poder. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**, v.15, n.02, p.119-136, jul./dez.
- 4 CRISTOFOBIA. *In*: DICIONÁRIO Infopédia. Brasil 2020. Disponível em < <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cristofobia>> acesso em: 12/11/2020.

⁴ <https://www.portasabertas.org.br/lista-mundial/paises-em-observacao>.

- 5 FERNANDES, C. A. (2008). **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz.
- 6 MILNER, J-C. (2012). **O amor da língua**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP.
- 7 MENDES, G. (2020). O que é cristofobia e por que faz pouco sentido Bolsonaro falar sobre isso. **Congresso em foco**. Disponível em < <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/o-que-e-cristofobia-e-por-que-faz-pouco-sentido-bolsonaro-falar-sobre-isso/> > acesso em: 12/11/2020.
- 8 LONGO, L. (2006). **Linguagem e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- 9 ORLANDI, E. P. (1996). **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas/SP: Pontes.
- 10 ORLANDI, E. P. (2001). **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes.
- 11 ORLANDI, E. P. (2008). **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes.
- 12 ORLANDI, E. P. (2017). Eu, Tu, Ele. Discurso e real da história. Campinas/SP: Pontes.
- 13 PÊCHEUX, M. (2008). **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas/SP: Pontes.
- 14 TELES, T. R. (2017). Discurso, análise do discurso e discurso político: ponderações conceituais. **Periódicos Unifap**, v.7, n.1, p.33-48, jan./abr.
- 15 FERNANDES, C. (2008). **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz.
- 16 FOUCAULT, M. (2007). **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária.
- 17 FOUCAULT, M. (2010). A grade política tradicional. In: **Ditos & escritos VI**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 185.
- 18 GREGOLIN, M. R. V. (2007). Formação discursiva redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João. p. 155-168.
- 19 TAVARES, E. F. (2012). Discursividades masculinas. **Alfa**, São Paulo, 56 (2): 427-450.
- 20 TRIGUEIRO, G. R. L. (2015). Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista estudos políticos**. Vol.6, n.11: 01. p. 86-107.
- 21 WITTGENSTEIN, L. (1999). **Investigações filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural.